

nesta edição

2 O desafio do câmbio

6 Conjuntura: taxa de variação das exportações volta a ser negativa

8 Defesa comercial dos EUA

10 O Brasil na nova estratégia comercial da União Europeia

O desafio do câmbio

A política cambial tem sido utilizada pelas principais economias do mundo como recurso para conter os efeitos da crise econômica. O controle do câmbio torna mais competitivos os produtos exportados por países cujas moedas estão subvalorizadas, distorcendo o mercado concorrencial internacional.

China e Estados Unidos se destacam como foco desse debate. A China mantém sua moeda atrelada ao dólar americano a uma taxa que incentiva um grande superávit bilateral com os Estados Unidos. Os Estados Unidos adotam uma política monetária expansiva, injetando bilhões de dólares em sua economia e desvalorizando assim o dólar.

As negociações entre os países em torno dos limites para controle do câmbio não tem mostrado resultados efetivos. Nesse contexto, países que vivem um cenário de crescimento econômico e valorização de suas moedas, como é o caso do Brasil, têm a competitividade de suas exportações minada pela subvalorização artificial das moedas de mercados concorrentes.

Página 2

Defesa comercial nos EUA

O sistema de defesa comercial é parte fundamental da política comercial norte-americana. Os EUA se destacam como o maior usuário dos instrumentos de defesa comercial entre os membros da OMC. O aumento da concorrência chinesa e a necessidade por maior proteção no período de recuperação da crise econômica trouxeram à tona a discussão sobre o aperfeiçoamento desses mecanismos de defesa comercial nos EUA.

Página 8

UE-Mercosul: CEB prepara posição sobre oferta de bens e regras de origem

Com a retomada das negociações UE-Mercosul, a CNI consolidará a posição da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) sobre as consultas realizadas pelo governo brasileiro para melhoria da oferta de bens do Mercosul e posicionamento sobre a proposta europeia de regras de origem.

Página 12

...

SGPC: Rodada São Paulo é concluída

Os 12 países que participaram da Rodada São Paulo do SGPC firmaram, na última Cúpula do Mercosul, realizada em dezembro em Foz do Iguaçu, o Protocolo que conclui esse processo negociador e que aprofunda suas preferências no âmbito do SGPC.

Página 12

O DESAFIO DO CÂMBIO

A interferência de governos no controle de suas moedas não é uma ação nova; na verdade, está se intensificando devido a adoção de políticas monetárias para a contenção dos efeitos da crise econômica. Diferente de medidas protecionistas comerciais, a política monetária engloba vários aspectos da economia gerando conseqüências ao sistema financeiro e comercial internacional.

As políticas adotadas pela China e pelos Estados Unidos são o foco da discussão. A China por manter sua moeda firmemente atrelada ao dólar americano a uma taxa que incentiva um grande superávit bilateral com os Estados Unidos. Os Estados Unidos por adotar uma política monetária expansiva, injetando bilhões de dólares em sua economia e desvalorizando assim o dólar. Em retaliação à China, o país também apresentou um projeto unilateral de sanções a países que praticam taxa de câmbio artificialmente desvalorizada

Essas políticas geram importantes impactos ao comércio internacional, sobretudo tornando os produtos exportados por esses países mais competitivos no mercado mundial. A prática unilateral de manter o câmbio artificialmente desvalorizado é extremamente vantajosa para o país que a pratica, distorcendo o mercado concorrencial internacional.

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) abordam a questão da manipulação cambial de formas diferentes. Artigo IV do Acordo do FMI prevê que os países devem buscar, em suas políticas cambiais e monetárias, promover o crescimento econômico ordenado e a estabilidade financeira e devem evitar a manipulação das taxas de câmbio, ou a utilização do sistema monetário internacional para evitar equilíbrio efetivo do ajuste pagamentos ou para obter vantagem competitiva desleal sobre os outros membros.

Contudo, o FMI não tem capacidade institucional para impor a proibição.

As regras da OMC, especificamente o Artigo 1 do Acordo sobre Subsídios e Medidas de Compensação, especifica que os países não podem fornecer subsídios para ajudar a promover as suas exportações nacionais. Porém, ainda não está claro se a manipulação cambial qualifica dentro dos parâmetros estabelecidos pela OMC. Apesar da capacidade de julgar disputas comerciais, a organização não indicou que questões comerciais ligadas à manipulação da moeda estão dentro de sua zona de responsabilidade.

● **A prática de manter o câmbio artificialmente desvalorizado é vantajosa para o país que a pratica, distorcendo o mercado concorrencial internacional** ●

APENAS INTENÇÕES O G20 destaca-se como principal Fórum de cooperação e consulta sobre assuntos relacionados ao sistema financeiro internacional, provável para a discussão sobre o tema entre as principais economias. Porém a última reunião frustrou as expectativas de definir uma nova ordem monetária mundial. O Acordo apresenta apenas intenções e princípios sem nada de objetivo para o momento. Aponta que há disputas cambiais e condena o “uso de desvalorizações competitivas” e reconhece o direito de economias emergentes de adotar medidas que proteja seus países do “uso competitivo de desvalorizações cambiais”.

AÇÕES UNILATERAIS

Diante a frustração de coordenação em fóruns e organizações internacionais, restam, então, duas alternativas aos países que transacionam com a China: negociar com o país a adoção do câmbio flexível ou adotar sanções e barreiras à entrada dos produtos chineses. A primeira alternativa vem sendo discutida no âmbito da OMC, mas não tem evoluído na prática. Os Estados Unidos caminham para a segunda alternativa.

SANÇÕES COMERCIAIS No dia 29 de setembro, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou com apoio bipartidário (348 a 79) a “Lei de Reforma Cambial para Comércio

● câmbio e comércio

Justo" (Currency Reform for Fair Trade Act - H.R. 2378).

O projeto considera a manipulação cambial como um subsídio, o que permitiria a imposição de medidas compensatórias. A medida visa penalizar comercialmente os países que mantêm a taxa de câmbio artificialmente desvalorizado como forma de promover suas exportações, em detrimento das importações. Pela decisão, o presidente dos EUA passa a ter o poder de aplicar taxas maiores e diferenciadas para esses países, de forma a encarecer o produto importado e preservar a competitividade dos produtos

● A última reunião do G20 frustrou as expectativas de definir uma nova ordem monetária mundial ●

ras ao acesso a mercados acabando por gerar um resultado pior em termos de quantidade transacionada (para todos os agentes, inclusive a China).

americanos. Uma vez que se torne lei nos Estados Unidos, a China ficaria impedida de retaliar a medida, pois a retaliação violaria os acordos na OMC.

Não sendo possível, no curto prazo, uma valorização substancial no câmbio chinês, a tendência é que outros países adotem sanções como a americana. Nesse sentido, o comércio internacional ficaria repleto de sanções restritivas e o aumento das barreiras

O CÂMBIO CHINÊS

O Renminbi, também chamado por yuan, tem sido fixo por grande parte da segunda metade do século passado com poucas discretas alterações. Ele tem permanecido em torno de 8,28 yuanes por dólar americano desde 1994, quando a China adotou uma política cambial de flutuação gerenciada.

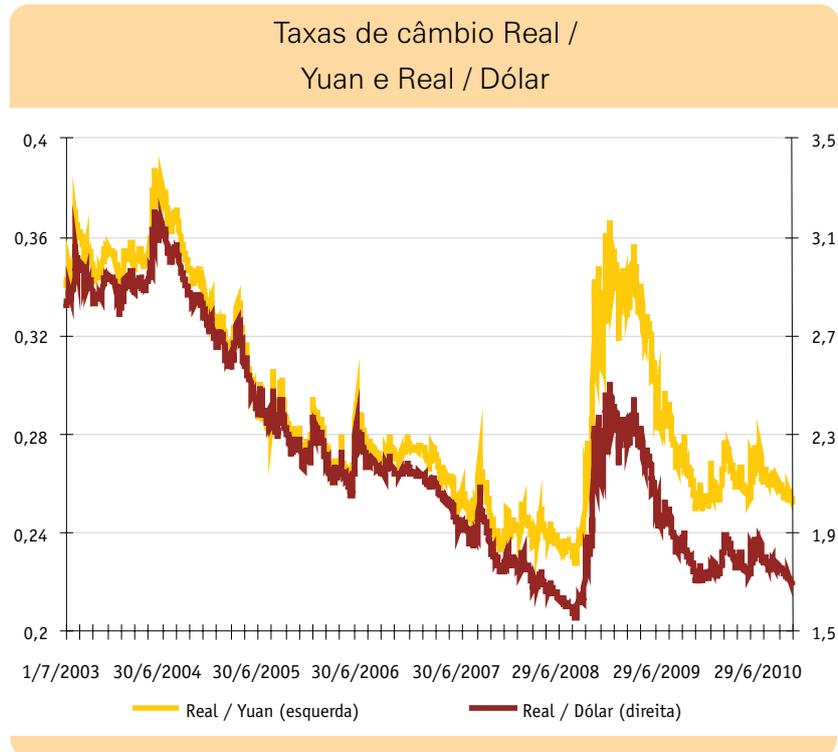
Com o crescimento das exportações Chinesas o valor da sua moeda deveria ter aumentado, mas permaneceu artificialmente baixo pois a China vem agressivamente adquirindo dólares para diminuir ainda mais o valor de sua própria moeda. A China vem mantendo sua moeda firmemente atrelada ao dólar americano, a uma taxa que incentiva um grande superávit bilateral com os Estados Unidos.

O país adquiriu um total de US \$ 2,4 trilhões em reservas cambiais até dezembro de 2009. Cerca de 70% dessas reservas estão em dólares dos EUA. Esta intervenção faz com que o yuan fique artificialmente barato em relação ao dólar, efetivamente subsidiando as exportações chinesas. As melhores estimativas quantificam esse subsídio em cerca de 40% do dólar dos EUA.

Alguns estudos indicam que as moedas de Hong Kong, Malásia, Cingapura e Taiwan também estão subavaliadas entre 25% e 32%. O iene japonês está subvalorizado em cerca de 14%.

Por outro lado, algumas moedas tornaram-se recentemente sobrevalorizada em relação ao dólar americano, incluindo as do Brasil, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. O Brasil, com um sistema de câmbio flutuante, tem uma moeda supervalorizada em razão do ingresso de capital estrangeiro atraído pelo dinamismo da sua economia e pela alta remuneração que oferece ao capital externo, o que se traduz por um forte déficit em transações correntes.

● câmbio e comércio



Fonte: Bloomberg

IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

O Brasil não é indiferente a essa situação. A questão do câmbio sobrevalorizado no Brasil vem gerando um problema grave de competitividade para as empresas brasileiras, tanto as exportadoras (baixa rentabilidade da atividade) como as que focam o mercado interno (concorrência desleal com os produtos importados).

PERDA DE COMPETITIVIDADE No caso da China, a prática de câmbio fixo contribui diretamente para agravar esse cenário. Pela evolução da taxa de câmbio Real / Yuan percebe-se que essa pouco difere da Real / Dólar. Assim, a situação de apreciação do Real frente ao Dólar gera ganhos diretos de competitividade em termos de preços para os produtos chineses. Esse já era um processo antes da crise internacional, e foi retomado com o retorno ao crescimento do Brasil.

O crescimento das importações, em volume, vem sendo observado no país, aliado ao crescimento nas exportações, principalmente por preço. O crescimento das importações está fortemente baseado em produtos da China, que vem ganhando

espaço na pauta brasileira. O câmbio altamente valorizado e o horizonte de entrada de dólares em função dos recursos do Pré-Sal contribuem para esse cenário.

O impacto negativo que a prática chinesa gera no mercado doméstico é direto, duradouro e de difícil reparação. A indústria é altamente comprometida pela entrada de produtos de baixo custo e pouca qualidade. As empresas dificilmente conseguem concorrer com a competitividade artificial dos produtos chineses importados, gerando queda tanto nas exportações como na própria demanda doméstica pelos produtos, o que leva, inclusive, à diminuição de plantas e fechamento de empresas.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES

O problema cambial exige ações urgentes. Se não é viável implementar agora soluções definitivas, de longo prazo, propostas emergenciais são essenciais para remediar os impactos negativos. Como alternativas de curto prazo, três são passíveis implementação: intensificar o processo de compra de moeda estrangeira pelo Banco Central, taxar a entrada de capital no país ou fixar percentual da entrada de capital a ser depositado

● câmbio e comércio

no Banco Central do Brasil por um período de tempo.

A primeira alternativa é a mais usualmente praticada pelo Banco Central. O estoque de reservas internacionais do Banco Central é recorde, e diariamente essa tem sido a opção para evitar uma sobrevalorização cambial. Contudo, apesar dos grandes volumes de compras, a medida não tem evitado a valorização, mas sim diminuído seu ritmo.

A segunda alternativa também foi implementada no Brasil, com a taxação em 2% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em outubro de 2009, e passando para 4% no caso de aplicações em renda fixa em outubro de 2010. A medida de 2009 surtiu efeito, mas não foi suficiente para evitar a sobrevalorização. Ainda não há como avaliar efetivamente a alteração de outubro de 2010.

A terceira alternativa ainda não foi testada no país, mas foi adotada de forma bem-sucedida no Chile (1988 a 1997) e na Tailândia (2003). Consiste em manter parte dos recursos aportados “em quarentena”, sem remuneração por determinado período de tempo.

● **Se não é viável implementar agora soluções definitivas, propostas emergenciais são essenciais para remediar os impactos negativos**

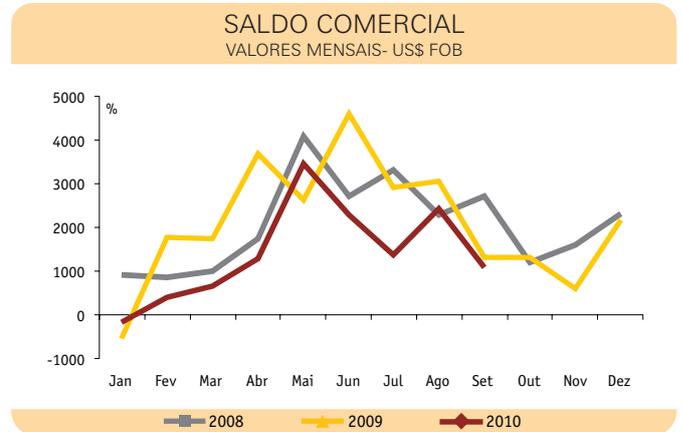
AMPLIAR DISCUSSÃO O ideal, em termos competitivos, seria ampliar a discussão na OMC acerca de negociações e possíveis sanções a países que praticam intervenções substanciais no câmbio de forma a estimular suas exportações em detrimento dos outros países. Essa seria a melhor solução em longo prazo. Contudo, não há previsão de que essas ações possam acontecer, e o mercado brasileiro sofre os efeitos dessas medidas no curto prazo.

● Dentre possíveis soluções de longo prazo, é preciso buscar a redução de ineficiências estruturais que reduzem a competitividade, como por exemplo, reduzir o diferencial de juros, as despesas públicas obrigatórias e a carga tributária, simplificar o processo de tributação, desonerar as exportações e o investimento e incentivar a inovação tecnológica. Além de medidas como dar maior peso à âncora fiscal na política macroeconômica, promover um realinhamento nas metas fiscais, adoção de uma meta fiscal ousada (como o déficit público nominal zero), e elevar a poupança doméstica de forma a diminuir a necessidade de poupança externa.

● conjuntura

Saldo Comercial

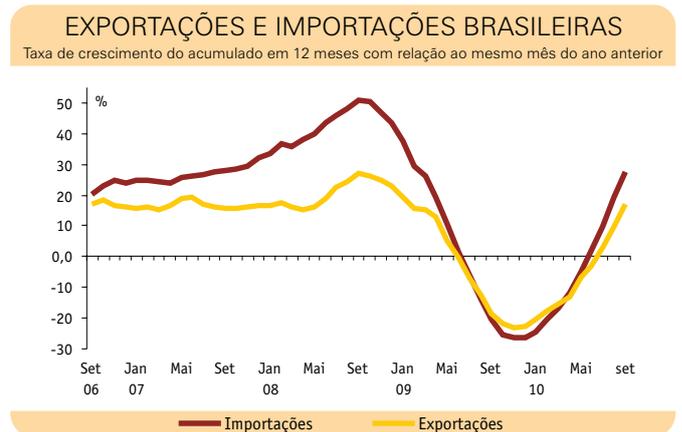
O superávit acumulado na balança comercial nos três primeiros trimestres de 2010 foi de US\$ 12,8 bilhões – uma queda no saldo de aproximadamente 40% comparado com o mesmo período em 2009, onde o valor registrado atingiu cerca de US\$ 21,2 bilhões.



Fonte: FUNCEX

Exportações e Importações

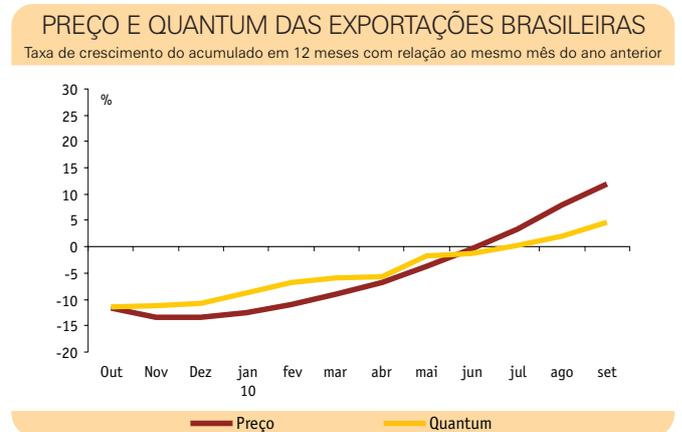
As importações brasileiras continuam seguindo a tendência de aumento com uma forte expansão. No acumulado de janeiro a setembro desse ano, as importações atingiram US\$ 132,6 bilhões, valor 46% maior em relação ao mesmo período de 2009. Já as exportações crescem em um ritmo bem mais lento. Com o montante de US\$ 144,9 bilhões, o crescimento chega a 29,6% em comparação com o ano passado.



Fonte: FUNCEX

Preços e Volume das Exportações

Após quase um ano negativa, a taxa de variação das exportações brasileiras voltou a ser positiva em junho. O índice de preços também acompanhou o volume das exportações e teve sua taxa de crescimento positiva nesse terceiro trimestre. A taxa de variação negativa das exportações brasileiras é explicada principalmente pela dinâmica das quantidades vendidas. No primeiro semestre, a taxa de variação foi positiva em 6,3%. Por outro lado, os preços têm apresentado recuperação mais firme ao longo de 2010. Embora em doze meses a taxa de variação ainda seja negativa em -0,5%, no primeiro semestre o crescimento já é de 17,6% e no mês de junho de 19,6% em relação a igual período de 2009.



Fonte: FUNCEX

conjuntura

Exportações brasileiras por blocos de destino

As exportações brasileiras para a Argentina mantiveram forte expansão. No acumulado de janeiro a setembro cresceram 57,4% em relação a 2009. O comércio com a China se recuperou e, no acumulado, apresenta um aumento de 34,3% no valor exportado. e de 0,6 pontos percentuais em sua participação no total exportado pelo Brasil. Em relação aos EUA e União Européia, embora se observe crescimento do valor exportado no acumulado de 24,8% e 22,7%, respectivamente, suas participações diminuíram em comparação com o ano passado. EUA com queda de 0,4 pontos percentuais e União Européia com queda de 1,2 pontos percentuais.

Exportações e importações por grupos de produtos

Mantendo a tendência do primeiro semestre, todas as categorias aumentaram seu valor exportado no acumulado de janeiro a setembro. Porém as exportações de manufaturados cresceram em um ritmo menor ocasionando uma diminuição de 3,2 pontos percentuais na participação dessa categoria no total exportado. Pelo lado das importações, todas as categorias apresentam grandes crescimentos em comparação com 2009, porém a participação das categorias de bens primários, intermediários e bens de capital diminuíram, perdendo espaço para os bens de consumo, principalmente os duráveis que aumentaram, sua participação em 1,3 pontos percentuais, alcançando um crescimento de 68,5% no acumulado em relação ao ano passado.

Taxa de câmbio real

O indicador de taxa de câmbio real efetiva registrou novo recorde e chegou novamente ao seu nível mais baixo nos dois últimos anos. Após a forte desvalorização da moeda brasileira a partir da crise financeira internacional de 2008 até fevereiro de 2009, o indicador de taxa de câmbio efetiva real passou por um longo período de apreciação. Essa tendência foi ligeiramente revertida no final do ano passado e início deste ano, mas a partir de fevereiro o processo de apreciação foi retomado.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Principais blocos econômicos Janeiro/Setembro - 2010/2009 - US\$ milhões FOB

Blocos	janeiro - setembro		Var. (%) 2010/09 p/média diária	Part %	
	2010	2009		2010	2009
União Européia	30.785	25.093	22,7	21,2	22,5
Aladi	29.318	20.209	45,1	20,2	18,1
- Mercosul	15.981	10.386	53,9	11,0	9,3
- Argentina	13.033	8.280	57,4	9,0	7,4
- Demais Aladi	13.337	9.823	35,8	9,2	8,8
Ásia	40.768	31.043	31,3	28,1	27,8
- China	23.192	17.264	34,3	16,0	15,4
EUA ¹	14.048	11.259	24,8	9,7	10,1
África	6.555	6.424	2,0	4,5	5,8
Oriente Médio	7.455	5.522	35,0	5,1	4,9
Europa Oriental	3.560	2.513	41,7	2,5	2,3
Demais	12.444	9.735	27,8	8,6	8,7
Total	144.929	111.798	29,6	100,0	100,0

Fonte: MDIC/Secex - (1) Inclui Porto Rico

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

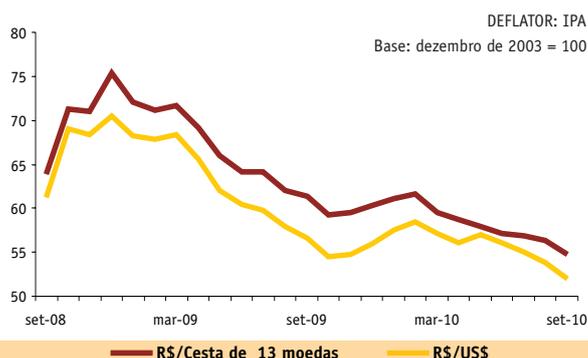
Fator agregado

Discriminação	janeiro-setembro/2010		janeiro-setembro/2009		Var. (%)*
	Valor (A)	Part.%	Valor (B)	Part.%	
Exportações	144.929	100,0	111.798	100,0	29,6
Básicos	64.729	44,7	47.379	42,4	36,6
Industrializados	77.128	53,2	62.112	55,6	24,2
Semimanufaturados	19.868	13,7	14.321	12,8	38,7
Manufaturados	57.260	39,5	47.791	42,8	19,8
Operações especiais	3.072	2,1	2.306	2,1	33,2
Importações	132.156	100,0	90.618	100,0	45,8
Mat. prima e prod. interm.	61.069	46,2	42.614	47,0	43,3
Comb. e lubrificantes	18.923	14,3	11.744	13,0	61,1
Bens de capital	29.787	22,5	21.447	23,7	38,9
Bens de consumo	22.377	16,9	14.813	16,4	51,1
Não-duráveis	9.254	7,0	7.025	7,8	31,7
Duráveis	13.123	9,9	7.788	8,6	68,5

* Variação pela média diária. Fonte: MDIC/Secex

ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL

CESTA DE 13 MOEDAS e ESTADOS UNIDOS



Fonte: FUNCEX

● agenda de Washington

DEFESA COMERCIAL NOS EUA

O sistema de defesa comercial é parte fundamental da política comercial norte-americana. Funciona tanto como “funil institucional” para canalizar demandas por proteção em momentos de crise econômica, quanto como elemento da barganha política interna para a contínua abertura da economia dos Estados

Unidos, inclusive por meio de acordos comerciais com outros países. Além disso, a crise econômica de 2008-2009 e o desafio da concorrência chinesa têm servido de incentivo a novos aperfeiçoamentos do sistema norte-americano, que devem ser observados com atenção pela indústria brasileira.

INSTRUMENTOS

A concepção da defesa comercial nos Estados Unidos é diferente daquela no Brasil. No sistema brasileiro, a defesa comercial limita-se aos instrumentos clássicos para o combate às práticas desleais e ilegais na importação: direitos *anti-dumping*, medidas compensatórias e salvaguardas. No sistema norte-americano, contudo, a defesa comercial recebe a denominação mais ampla de “remédios comerciais” (trade remedies) e incorpora, também, instrumentos para o combate às práticas desleais e ilegais na exportação, assim como políticas compensatórias para empresas e trabalhadores. Além disso, os instrumentos clássicos dos Estados Unidos possuem, muitas vezes, variações inexistentes entre seus congêneres brasileiros.

Entre os instrumentos clássicos, três características do sistema norte-americano merecem destaque. Em primeiro lugar,

os Estados Unidos utilizam a metodologia de “zeramento” (*zeroing*) em suas investigações *anti-dumping*, cujo efeito prático é inflar as margens de *dumping* já identificadas e, em alguns casos, indicar a própria existência de *dumping* quando o uso da metodologia tradicional não o faria. Em segundo lugar, o sistema norte-americano contém variação maior de salvaguardas, inclusive contra países comunistas ou vinculadas à segurança nacional. Em terceiro lugar, os Estados Unidos desenvolveram engenhoso mecanismo de “defesa comercial da propriedade intelectual”, que permite ao setor privado protocolar petição junto ao governo federal solicitando a proibição de importação de bens produzidos sem o devido pagamento de royalties e outros direitos relacionados ao uso da propriedade intelectual na fabricação do produto.

Instrumentos para o Combate às Práticas Desleais e Ilegais na Importação

INSTRUMENTOS	BRASIL	EUA
Direitos Anti-Dumping	X	X
Mecanismo Anti-Elisão (Direitos Anti-Dumping)	X	X
Metodologia de “Zeramento” (Direitos Anti-Dumping)	-	X
Medidas Compensatórias	X	X
Salvaguardas (Todos os Países)	X	X
Salvaguardas Específicas (China)	X	X
Salvaguardas Específicas (Países Comunistas)	-	X
Salvaguardas Específicas (Integração Regional)	X	X
Salvaguardas de Segurança Nacional	-	X
Salvaguardas Agrícolas	-	X
“Defesa Comercial” da Propriedade Intelectual	-	X

“ATAQUE COMERCIAL”

Em complemento aos instrumentos clássicos, o sistema norte-americano possui verdadeiro arsenal de medidas para combater práticas desleais e ilegais de comércio também na exportação. Tais mecanismos são divididos em duas áreas: o monitoramento de barreiras às exportações, investimentos e

direitos de propriedade intelectual dos Estados Unidos; e a investigação destas barreiras pelo governo federal a pedido do setor privado do país.

O monitoramento é uma exigência legal, criada pelo Congresso norte-americano no fim dos anos 1980. Todos os anos, o Re-

● agenda de Washington

presentante Comercial dos Estados Unidos (USTR) é obrigado a publicar relatório relacionando todas as principais barreiras enfrentadas pelos empresários em todos os principais mercados de exportação. Trata-se do *National Trade Estimate on Foreign Barriers to Trade* (NTE). Além do relatório geral, desde 2009 o USTR publica, também, relatórios específicos sobre barreiras técnicas (TBT) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS). Há, por fim, a publicação anual de relatório sobre as políticas, medidas e práticas adotadas pela China.

Mais importante do que os relatórios, contudo, é a existência de mecanismos de “ataque comercial”, isto é, de investigação das barreiras comerciais identificadas pelos empresários. O principal instrumento em vigor nos Estados Unidos é a chamada Seção 301 (Section 301). Por meio dela, entidade representativa de um setor

da economia pode enviar petição ao governo federal norte-americano exigindo a investigação de barreira específica à exportação, investimentos ou direitos de propriedade intelectual. O governo é, então, obrigado a investigar a política, medida ou prática em questão e apresentar estratégia para solicitar o problema.

Além da Seção 301, que é de uso geral, os Estados Unidos contam, também, com instrumentos específicos sobre propriedade intelectual (*Special 301*), países prioritários em matéria de imposição de barreiras comerciais (*Super 301*), telecomunicações (*Section 1377*) e, até mesmo, compras governamentais na área de construção de aeroportos (*Airport Act*). O Brasil, no entanto, não possui nenhum instrumento desse tipo e deixou de produzir, em 2007, o único monitoramento de barreiras às exportações e investimentos do país, feito pela Embaixada do Brasil em Washington.

TENDÊNCIAS

Os Estados Unidos são, historicamente, o principal usuário de medidas de defesa comercial e seu principal alvo tem sido a China. Em 2009, das 20 investigações anti-dumping iniciadas pelo governo norte-americano, 12 foram contra a China (60% do total). Em matéria de medidas compensatórias, das 14 investigações iniciadas em 2009, 10 foram contra a China (71% do total).

Além dessa tendência geral, há dois movimentos paralelos em curso. De um lado, há crescente contestação da existência ou da aplicação de determinados mecanismos por parte dos Estados Unidos. Tal contestação se dá em nível doméstico, por meio de ações junto à Corte de Comércio Internacional (CIT) de Nova York e de lobbying junto ao Congresso norte-americano, e em nível internacional, via disputas comerciais no âmbito de acordos comerciais bilaterais ou da própria Organização Mundial do Comércio (OMC). No caso da metodologia de “zera-mento”, utilizada nas investigações anti-dumping, os Estados Unidos já foram envolvidos em 14 disputas no âmbito da OMC.

De outro lado, contudo, há constante tentativa de aperfeiçoamento e expansão do sistema norte-americano. Desde 2007, por exemplo, os Estados Unidos passaram a utilizar medidas compensatórias contra economias não de mercado (NMEs). O

país tem, também, explorado novo tipo de metodologia denominada *targeted dumping*, em que a investigação é realizada somente levando-se em consideração um fluxo específico de importação de um determinado produto. Por fim, vale mencionar as recentes iniciativas do Poder Executivo norte-americano, de propor 14 alterações em diversos dos instrumentos de modo a torná-los mais eficazes; e do Congresso dos Estados Unidos, de discutir a possibilidade de criação de medida compensatória contra produtos de países que manipulem seu câmbio para criar vantagens comerciais artificiais.

O modelo norte-americano suscita questões importantes para a indústria brasileira, como, por exemplo: a persistência do pequeno orçamento destinado à defesa comercial do País; a ausência de mecanismos de monitoramento e investigação (ataque comercial) de barreiras às exportações e investimentos do Brasil; e a falta de políticas compensatórias consistentes. Além disso, cabe mencionar que, embora cerca de 25% de todas as disputas comerciais na OMC estejam relacionadas à defesa comercial, o setor industrial brasileiro utiliza de forma ainda muito tímida as possibilidades de contestação de medidas contra suas exportações no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias da organização.

Diego Z. Bonomo – Diretor Executivo da Brazil Industries Coalition (BIC), entidade de representação de empresas e associações empresariais brasileiras nos Estados Unidos.

A seção “Agenda de Washington” é elaborada pelo Brazil Industries Coalition (BIC) e publicada em parceria com a CNI no informativo Integração Internacional.

● agenda de Bruxelas

O BRASIL NA NOVA ESTRATÉGIA COMERCIAL DA UNIÃO EUROPÉIA

Num documento intitulado “Comércio, crescimento e questões internacionais”, apresentado no início de novembro por Karel De Gucht, Comissário de Comércio da União Europeia (UE) definiu a sua estratégia comercial para os próximos cinco anos. Essa nova estratégia é assumida pelos dirigentes europeus como uma porta de saída para crise atual, apostando no comércio como gerador de crescimento e emprego.

No âmbito dessa nova diretriz, os mercados emergentes, sobretudo o Brasil, são posicionados como parceiros estratégicos da União Europeia. A conclusão das negociações sobre o acordo de livre comércio com Mercosul é também destacado na nova estratégia de política comercial do bloco europeu.

Objetivos principais da nova política comercial da UE

- Concluir o programa de negociações na OMC e com os principais parceiros comerciais, como a Índia e o Mercosul;
- Aprofundar as relações comerciais com outros parceiros estratégicos, como os EUA, a China, a Rússia e o Japão, incidindo na eliminação dos entraves não pautais ao comércio;
- Facilitar o acesso das empresas europeias aos mercados mundiais; e
- Iniciar negociações com alguns dos principais parceiros comerciais sobre disposições abrangentes em matéria de investimento;

MAIOR PARTICIPAÇÃO DA UE NO COMÉRCIO GLOBAL: BRASIL COMO PRIORIDADE

No capítulo do referido documento relativo ao comércio e relações externas, a UE fixa como objetivo principal assumir, nos assuntos externos e na governança global, um papel proporcional ao seu peso econômico.

Concretamente, a UE pretende reforçar o seu papel no comércio mundial através da criação de incentivos adequados no âmbito das suas relações comerciais e políticas com terceiros países ou através de instrumentos comerciais específicos, como o Sistema Geral de Preferências (SGP) ou os Acordos de Livre Comércio (ALC).

Outros instrumentos da ação externa, como as delegações da UE em outros países, deverão ajudar a implementar a agenda

comercial da UE e apoiar as empresas europeias no exterior. O sistema de controle das exportações de bens de uso dual, cujo objetivo se insere na política externa de segurança, é visto como outro exemplo da interação entre a política comercial e as ações externas da Comunidade.

Sobre a relação econômica com o Brasil, considerada estratégica, a UE defende que lhe deve ser dada a máxima prioridade – ao lado dos EUA, da China, da Rússia, do Japão e da Índia – em virtude da dimensão e do potencial da sua economia, bem como da sua influência na economia mundial.

Para concretizar os seus objetivos, a UE propõe realizar as seguintes ações:

● agenda de Bruxelas

1. PROSSEGUIR A AGENDA DE NEGOCIAÇÕES:

- empenhar os seus esforços para concluir urgentemente a rodada de negociações de Doha, o mais tardar no final de 2011;
- constituir um grupo de personalidades eminentes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de obter um conjunto de recomendações independentes que permitam moldar a visão europeia da UE no que respeita à agenda futura e ao funcionamento da OMC após Doha;
- procurar e realizar progressos significativos ao nível das negociações comerciais bilaterais em curso, lançar novas negociações comerciais com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSA/ASEAN) e propor negociações de investimento autônomas com parceiros-chave;
- prosseguir negociações com os países vizinhos da UE com vista à concretização, em última análise, de ALC abrangentes e aprofundados que aproximem gradualmente estes países do mercado único.

2. APROFUNDAR AS PARCERIAS ESTRATÉGICAS

- aprofundar as relações da UE com parceiros estratégicos para tratar as questões que entravam o bom funcionamento dos mercados no século XXI e fazer uma análise dos progressos realizados no final de 2012;

3. DESENVOLVER A POLÍTICA COMERCIAL

- apresentar uma proposta legislativa relativa a um instrumento da UE que possa garantir um maior equilíbrio no acesso aos mercados de licitações públicas dos países desenvolvidos e das grandes economias emergentes;

- concluir o debate com os Estados-Membros e o Parlamento Europeu sobre uma nova política de investimento para a UE;
- apresentar o posicionamento da UE sobre a forma de desenvolver a complementaridade entre a liberalização do mercado interno e a do mercado externo, designadamente ao nível dos regulamentos relativos a bens e serviços;
- adotar uma comunicação da Comissão sobre comércio e desenvolvimento e uma proposta legislativa de reforma do sistema geral de preferências (SGP) para os países em desenvolvimento;
- adotar um livro verde com vista a melhorar o sistema de controle das exportações da UE;
- apresentar uma comunicação sobre possíveis medidas de apoio para auxiliar as PME que pretendam desenvolver as suas atividades internacionais;

4. DEFENDER OS DIREITOS DAS EMPRESAS EUROPEIAS

- rever a estratégia europeia relativa ao cumprimento da aplicação dos direitos de propriedade intelectual nos países terceiros, bem como o regulamento aduaneiro europeu no que respeita à aplicação dos Direitos de Propriedade Intelectual na fronteira da UE;
- a partir de 2011, elaborar um relatório anual sobre entraves ao comércio e ao investimento para apresentar ao Conselho Europeu da Primavera. Esse relatório constituirá o principal instrumento da UE para supervisionar os entraves ao comércio e as medidas protecionistas e tomar as medidas coercivas adequadas.

BOAS PERSPECTIVAS PARA A AGENDA BRASIL-UE

Com a implementação das novas diretrizes europeias, há boas perspectivas para as relações entre Brasil e UE em 2011. Além do provável avanço nas negociações sobre o acordo birregional de livre comércio, o diálogo bilateral da Parceria Estratégica Brasil-UE, iniciado em 2007, na Cúpula de Lisboa, vem progredindo a cada ano. A Parceria Estratégica desenvolve, e aprofunda a cada ano, uma agenda de trabalho

que inclui temas importantes para o setor empresarial, como a promoção do multilateralismo efetivo, mudança do clima e energia renovável, luta contra a pobreza, integração comercial e políticas de estabilidade e prosperidade para a América Latina. Essa agenda deve avançar em 2011 e resultar em arranjos bilaterais sobre temas concretos de interesse empresarial.

Rui Faria da Cunha – Diretor Executivo do Brazilian Business Affairs – Europe (BBA), escritório de representação da CNI e da Apex-Brasil junto à União Europeia.

A seção “Agenda de Bruxelas” é elaborada pelo Brazilian Business Affairs e publicada em parceria com a CNI no informativo Integração Internacional.

UE-MERCOSUL: CEB PREPARA POSIÇÃO SOBRE OFERTA DE BENS E REGRAS DE ORIGEM

Com a retomada das negociações UE-Mercosul, a CNI inicia os diálogos e consultas técnicas no âmbito da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) com vistas a consolidar a posição do setor privado sobre as consultas realizadas pelo governo brasileiro para melhoria da oferta de bens do Mercosul e posicionamento sobre a proposta europeia de regras de origem.

As negociações sobre o Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, que haviam sido suspensas em setembro de 2004, foram retomadas em maio de 2010. Desde a retomada, os grupos de trabalho tem trocado posições técnicas sobre as bases do futuro acordo. Na próxima reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), que ocorrerá de 14 a 18 de março, os blocos trocarão novas ofertas.

Na segunda quinzena de fevereiro, os países do Mercosul deverão se reunir para alinhar a posição do bloco que será apresentada no CNB.

A CNI está coletando as posições do setor empresarial sobre regras de origem e interesses de melhora sobre a oferta de bens, com vistas a apresentar uma proposta consolidada da CEB ao governo, para esses dois temas, antes das reuniões intra-mercossul.

SGPC: RODADA SÃO PAULO É CONCLUÍDA

Na última Cúpula do Mercosul, realizada no dia 15 de dezembro de 2010, em Foz do Iguaçu, os países do bloco assinaram o Protocolo da Rodada São Paulo do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), documento que conclui esse processo negociador visando aprofundar as preferências comerciais no âmbito do SGPC.

Além dos quatro integrantes do Mercosul, outros sete países assinaram o Protocolo: Cuba, Egito, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Malásia e Marrocos.

O Protocolo da Rodada São Paulo aprofunda as preferências tarifárias desses países para 70 % dos produtos de seus universos tarifários. Com a assinatura do Protocolo, os produtos listados nas ofertas de cada país deverão receber preferência de 20% sobre a tarifa aplicada na data da importação.

O Protocolo assinado entre os 11 países entrará em vigor após ratificação em pelo menos quatro países signatários.